

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE E SEUS RESULTADOS SOCIAIS

Ian Anderson Barbosa e Silva

Pós-graduando em Segurança Pública – UNIFATECIE

Resumo

A criminalidade representa um dos principais desafios da sociedade brasileira, exigindo estratégias que ultrapassem ações meramente repressivas. O presente estudo tem como objetivo analisar as políticas públicas de prevenção à criminalidade e seus resultados sociais, destacando a relevância da atuação integrada do Estado e da sociedade. A pesquisa possui natureza bibliográfica, abordagem qualitativa e caráter descritivo, fundamentando-se em obras acadêmicas, legislação e documentos oficiais. Os resultados demonstram que investimentos em educação, inclusão social, geração de emprego e fortalecimento comunitário contribuem para a redução dos fatores associados à violência. Conclui-se que a prevenção constitui instrumento essencial para a promoção da segurança pública, da cidadania e do desenvolvimento social.

Palavras-chave: Segurança Pública; Criminalidade; Políticas Públicas; Prevenção; Inclusão Social.

Abstract

Crime remains one of the major challenges faced by Brazilian society, requiring strategies that go beyond traditional law enforcement approaches. This study analyzes public policies aimed at crime prevention and their social outcomes, emphasizing the importance of integrated action between government institutions and society. The research is based on a bibliographic review, adopting a qualitative and descriptive approach. The findings indicate that investments in education, social inclusion, employment opportunities, and community strengthening contribute significantly to reducing risk factors associated with crime. It is concluded that prevention is a fundamental tool for promoting public safety, citizenship, and social development.

Keywords: Public Security; Crime; Public Policies; Prevention; Social Inclusion.

1 Introdução

A criminalidade constitui um dos principais desafios enfrentados pelo Estado brasileiro, impactando diretamente a segurança, o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população. Embora a atuação repressiva das forças de

segurança seja necessária para a manutenção da ordem pública, observa-se que medidas exclusivamente repressivas não são suficientes para enfrentar as múltiplas causas da violência.

Nesse contexto, as políticas públicas de prevenção à criminalidade assumem papel estratégico na promoção da segurança pública. Tais políticas buscam atuar sobre fatores sociais, econômicos e culturais que contribuem para a ocorrência de delitos, priorizando ações voltadas à educação, inclusão social, geração de emprego, fortalecimento comunitário e garantia de direitos fundamentais.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, evidenciando a necessidade de atuação integrada entre poder público e sociedade. Dessa forma, a prevenção à criminalidade deve ser compreendida como um conjunto de ações articuladas capazes de reduzir vulnerabilidades sociais e promover a cidadania.

O presente estudo tem como objetivo analisar as políticas públicas de prevenção à criminalidade e seus resultados sociais, destacando sua importância para a construção de uma sociedade mais segura, democrática e inclusiva.

2 Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, descritiva e de abordagem qualitativa. Foram analisados livros, artigos científicos, legislações, relatórios institucionais e documentos oficiais publicados entre 2000 e 2025. As buscas foram realizadas em bases de dados como Google Acadêmico, SciELO e Portal de Periódicos CAPES, utilizando descritores relacionados à segurança pública, criminalidade, prevenção da violência e políticas públicas.

Os critérios de seleção consideraram a relevância acadêmica das publicações, a atualidade dos dados e a relação direta com o tema investigado. Os dados coletados foram submetidos à análise interpretativa, buscando compreender as contribuições das políticas preventivas para a redução da criminalidade e para a promoção do desenvolvimento social.

3 Fundamentação Teórica

As políticas públicas representam instrumentos fundamentais para a promoção do bem-estar social e para a garantia dos direitos previstos constitucionalmente. No campo da segurança pública, sua relevância torna-se ainda maior diante da complexidade dos fatores que influenciam a criminalidade.

Diversos estudiosos defendem que a violência possui origem multifatorial, estando relacionada a fatores econômicos, sociais, culturais e institucionais. Dessa forma, estratégias preventivas mostram-se essenciais para reduzir situações de vulnerabilidade e fortalecer mecanismos de proteção social.

3.1 Políticas Públicas e Segurança Pública

As políticas públicas podem ser definidas como ações planejadas pelo Estado para solucionar problemas coletivos e atender demandas sociais. Segundo Souza (2006), essas políticas envolvem decisões governamentais destinadas à implementação de programas capazes de produzir resultados concretos para a sociedade.

No âmbito da segurança pública, as políticas preventivas buscam reduzir fatores associados à violência antes da ocorrência dos crimes. Essa abordagem difere das ações repressivas tradicionais, que atuam após a prática delituosa.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, estabelece que a segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos, reforçando a necessidade de participação social na construção de ambientes mais seguros.

3.2 Criminalidade e Fatores Sociais

A criminalidade está associada a diversos fatores estruturais presentes na sociedade. Entre eles destacam-se a desigualdade social, a pobreza, o desemprego, a exclusão econômica, a baixa escolaridade e a ausência de oportunidades para grupos vulneráveis.

Segundo Adorno (2002), a desigualdade social contribui significativamente para o aumento das tensões sociais e para a fragilização dos mecanismos de integração comunitária. Em contextos marcados pela exclusão, indivíduos podem encontrar maiores dificuldades de acesso aos direitos básicos e às oportunidades de ascensão social.

Nesse cenário, a educação desempenha papel central na prevenção da criminalidade, ampliando oportunidades profissionais e fortalecendo a cidadania. Da mesma forma, políticas voltadas à geração de emprego, qualificação profissional e inclusão social contribuem para a redução dos fatores de risco relacionados ao envolvimento com práticas ilícitas.

3.3 Políticas de Prevenção à Criminalidade no Brasil

As estratégias preventivas podem ser classificadas em prevenção primária, secundária e terciária.

A prevenção primária atua sobre causas estruturais da violência por meio de investimentos em educação, saúde, esporte, cultura e assistência social. Seu objetivo é reduzir fatores que favorecem o surgimento da criminalidade.

A prevenção secundária concentra esforços em grupos e territórios considerados mais vulneráveis, especialmente jovens expostos a situações de risco social.

Já a prevenção terciária é direcionada à ressocialização de pessoas que já tiveram envolvimento com práticas criminosas, buscando reduzir a reincidência criminal e promover a reintegração social.

O Programa Pacto pela Vida, implementado em Pernambuco em 2007, contribuiu para uma redução superior a 30% dos homicídios em determinados períodos, tornando-se referência nacional em gestão da segurança pública.

4 Resultados e Discussão

A análise da literatura demonstra que políticas públicas preventivas apresentam potencial significativo para reduzir fatores associados à criminalidade. Estudos indicam que investimentos em educação, qualificação profissional, inclusão social e fortalecimento comunitário contribuem para a diminuição da violência e para o aumento da coesão social.

Experiências brasileiras revelam que programas fundamentados na integração entre diferentes áreas governamentais tendem a produzir resultados mais consistentes. Além do Pacto pela Vida, iniciativas como o Programa Fica Vivo!, implementado em Minas Gerais, demonstraram resultados positivos na redução de homicídios entre jovens em áreas vulneráveis. Essas experiências evidenciam que políticas preventivas associadas à inclusão social e ao fortalecimento comunitário podem produzir impactos significativos na redução da violência quando implementadas de forma contínua e integrada.

Entretanto, persistem desafios importantes para a consolidação dessas iniciativas. A descontinuidade administrativa decorrente de mudanças de governo frequentemente compromete a continuidade dos programas. Além disso, limitações orçamentárias e dificuldades de articulação institucional reduzem a efetividade das ações implementadas.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de monitoramento e avaliação. A utilização de indicadores

confiáveis permite identificar falhas, mensurar resultados e aprimorar a gestão pública baseada em evidências.

Nesse contexto, a incorporação de novas tecnologias e ferramentas de inteligência pode contribuir para a formulação de políticas mais eficientes, desde que respeitados os princípios constitucionais e os direitos fundamentais dos cidadãos.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2025), a adoção de estratégias integradas de prevenção e inteligência tem sido apontada como fator relevante para a redução de indicadores criminais em diversas unidades federativas, reforçando a importância de políticas públicas baseadas em evidências.

5 Considerações Finais

As políticas públicas de prevenção à criminalidade configuram-se como instrumentos estratégicos para a promoção da segurança pública, da cidadania e do desenvolvimento social. A análise realizada demonstrou que a violência possui caráter multifatorial, estando associada a fatores econômicos, sociais, culturais e institucionais que exigem respostas integradas do Estado e da sociedade.

Os resultados evidenciam que investimentos em educação, inclusão social, geração de emprego e fortalecimento comunitário contribuem para a redução dos fatores associados à criminalidade, favorecendo a construção de ambientes mais seguros e democráticos.

Apesar dos avanços observados em experiências nacionais, ainda existem obstáculos relacionados à continuidade das políticas públicas, à insuficiência de recursos e à necessidade de maior integração entre instituições governamentais e sociedade civil.

Conclui-se que a prevenção à criminalidade deve ocupar posição central nas estratégias de segurança pública, sendo indispensável a adoção de políticas de Estado permanentes, baseadas em evidências científicas, participação social e compromisso com o desenvolvimento humano. Dessa forma, será possível promover resultados sustentáveis na redução da violência e no fortalecimento da cidadania no Brasil.

Referências

ADORNO, Sérgio. *Crime, justiça penal e desigualdade jurídica*. São Paulo: EdUSP, 2002.

- BEATO FILHO, Cláudio Chaves. *Políticas públicas de segurança e a questão criminal*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- DIAS NETO, Theodomiro. *Segurança urbana: o modelo da nova prevenção*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- SAPORI, Luís Flávio. *Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- SAPORI, Luís Flávio; SENA, Ludmila Ribeiro. *Segurança pública no Brasil: temas contemporâneos*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2023.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Atlas da Violência 2025*. Brasília: IPEA, 2025.
- Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social*. Brasília, DF.
- Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Documentos oficiais do Ministério da Justiça.
- Pacto pela Vida. Relatórios da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco.
- Programa Fica Vivo!. Relatórios da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais.
- WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 43. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.